

PLANO DE AULA

I. Identificação

Autora do plano: Profa. Dra. Edlene Oliveira Silva;

Série/Ano: Ensino Médio;

Carga horária prevista: 02 horas/aula.

II. Tema/assunto/título da aula

Imagens do “descobrimento” e dos povos indígenas na Carta de Pero Vaz de Caminha

III. Objetivos

Debater algumas representações dos indígenas e do “descobrimento” do Brasil presentes na Carta de Pero Vaz de Caminha.

IV. Conteúdo

Aulas 01 e 02

a) leitura crítica de uma fonte histórica colonial; b) problematização dos conceitos de “descobrimento” e “novo mundo”; c) a nomeação europeia de lugares e habitantes do Brasil Colônia; d) interesses econômicos e mercantilistas da expansão marítima portuguesa; e) evangelização e catequese dos indígenas; f) associação entre indígenas e a ingenuidade, inocência e passividade; g) protagonismo e resistência indígena e h) a nudez dos/das indígenas conforme os colonizadores e a imposição cultural europeia.

V. Pré-requisitos

Algum conhecimento sobre o Brasil Colônia

VI. Metodologia e recursos didáticos

Aulas 01 e 02

A fonte histórica destacada para análise e discussão pedagógica é a Carta de Pedro Vaz de Caminha¹ a D. Manoel I, rei de Portugal, na qual narra, detalhadamente, a viagem da armada de Pedro Álvares de Cabral ao Brasil em 1500, da qual fez parte como fidalgo e escrivão da Coroa.

A Carta foi finalizada em 1º de maio de 1500, em Porto Seguro (BA), e é considerada o primeiro documento escrito no Brasil sobre os povos indígenas. A Carta se assemelha a um diário e tem a finalidade de descrever com detalhes aspectos dos povos indígenas e “a chegada” dos portugueses ao nosso território. Nessa fase

¹ Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao>. Acesso em: 05 jul. 2023.

introdutória de análise da Carta, é necessário que o Professora/a Professora prepare o/a estudante para a análise do documento trazendo para a sala de aula informações sobre a vida/obra do/a autor/a, o espaço/tempo de sua produção, o tipo de fonte e os conteúdos/temas tratados a fim de desvendar os sentidos construídos por aquele material e as relações históricas que ele revela.

Por isso, é essencial lembrar aos/às estudantes que a fonte histórica analisada é uma narrativa colonial, no caso uma Carta, escrita no século XV por um escrivão oficial da Coroa portuguesa. Assim, as representações negativas sobre a cultura e história indígena, presentes no documento, não devem ser entendidas como a verdade sobre essa população, mas interpretadas levando em consideração o imaginário da época em que Caminha produziu a Carta e sua vinculação a Coroa portuguesa.

Um primeiro trecho selecionado da Carta, que pode ser analisado em sala de aula, refere-se ao momento em que Caminha descreve o “descobrimento” do Brasil:

Senhor, posto que o Capitão-mor desta frota, e assim [mesmo] os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixei de também dar nisso minha conta a Vossa Alteza [...].

Caberia questionar, então, o termo “achamento” e “terra nova”. Em primeiro lugar, o Brasil não foi descoberto e nem era um novo mundo. Era um velho mundo, com rica cultura e história de, pelo menos, 13 mil anos de existência comprovada e povos variados. Segundo reportagem da TV Globo², a descoberta do fóssil de “Luzia”, em uma gruta da região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, em 1975 comprova que a população mais antiga, o povo de Luzia, teria atravessado o Estreito de Bering e chegado ao Brasil por volta de 13 mil anos. Há 11 mil anos, veio outra leva, a dos ancestrais dos índios atuais.

Em segundo lugar, as expressões “descobrimientos” e “terras descobertas” são reveladoras da mentalidade europeia e dos objetivos das grandes navegações, que eram antes de tudo comerciais: controlar rotas marítimas, apossar-se de terras ricas e comerciar com a Europa seus produtos valorizados. Os reis e comerciantes europeus, ao se autodesignarem “descobridores” de “novas” terras, conseguiram atingir vários objetivos ao mesmo tempo: a) inverter a história: ao marcar o início, o nascimento, a origem dos povos encontrados a partir da chegada deles, europeus, e não a partir da história interna e tradicional dos nativos; b) mostrar desprezo pelos povos encontrados: ao se recusar a reconhecê-los cultura e identidades próprias, distintas da Europa; isto, evidentemente, legitimava a empresa da conquista e a imposição da cultura europeia; a única aceita como verdadeira; c) desconhecer os direitos dos povos americanos: ao desconsiderar os legítimos direitos desses povos às terras onde viviam e às riquezas que produziam, o que justificava a exploração econômica e a montagem do sistema colonial.

² Jornada da Vida' mostra origem dos brasileiros há 13 mil anos: Fóssil humano mais antigo do Brasil é de Luzia, com 13 mil anos. Ela era negroide e muito parecida com os aborígenes australianos. **Globo G1 Fantástico**. Edição do dia 14/12/2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/12/jornada-da-vida-mostra-origem-dos-brasileiros-ha-13-mil-anos.html#:~:text=H%C3%A1%20mil%20anos%2C%20veio,rosto%20para%20os%20primeiros%20brasileiros>. Acessado em: 21 ago. 2023.

Em terceiro lugar, continuar a referir-se à “chegada” dos portugueses em 1500 como “descobrimento” e ao Brasil como “terra nova/novo mundo”, significa manter, ainda que inconscientemente, a visão e as perspectivas europeias sobre o assunto. Estas serviram para justificar a conquista e a colonização da Europa, bem como a violência e os preconceitos praticados contra os nativos.

Conforme trecho da Carta:

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão [Cabral] pôs nome - o Monte Pascoal e à terra - a Terra da Vera Cruz.

A respeito desse trecho, emerge a possibilidade de análise dos termos “Monte Pascoal” e “Terra da Vera Cruz”, utilizados por Cabral. O poder de nomear desempenhou um papel fundamental na história colonial à medida que o descobridor dava nome aos lugares como sinal de posse. Nomes indígenas para designar lugares e seus habitantes foram, com o advento do colonialismo, substituídos por nomes europeus que passaram a distinguir tais lugares como propriedade colonial.

Deste paraíso assim descoberto, os portugueses eram o novo Adão. A cada lugar conferiram um nome — atividade propriamente adâmica — e a sucessão de nomes era também a crônica de uma gênese que se confundia com a mesma viagem. A cada lugar, o nome do santo do dia: Todos os Santos, São Sebastião, Monte Pascoal. Antes de se batizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada. De certa maneira, dessa forma, o Brasil foi simbolicamente criado. Assim, apenas nomeando-o, se tomou posse dele, como se fora virgem. Assim também a História do Brasil, a canônica, começa invariavelmente pelo “descobrimento”. São os “descobridores” que a inauguram e conferem aos gentios uma entrada — de serviço — no grande curso da História. (CUNHA, 1992, p. 09 *apud* CASÉ ANGATU, 2015, p.182).

Ou seja, os indígenas tiveram os nomes originais dos seus lugares e habitantes ignorados, modificados, o que é uma violência contra os povos originários, sua cultura e história.

Em outro trecho, Caminha afirma:

até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro: nem vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo de agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

O/a docente pode discutir os interesses econômicos e mercantilistas que os portugueses tinham no Brasil como a exploração de metais preciosos, de especiarias e de outras riquezas. A Coroa portuguesa, quando empreendeu a expansão marítima, no

século XV, tinha como principal objetivo a obtenção de lucro com a expansão comercial e a busca de produtos para comercializar na Europa.

No mercantilismo, o sucesso das monarquias nacionais estava atrelado à quantidade de metais preciosos que estas possuíam (metalismo). Por isso, quando passaram por um momento de escassez desses metais, as potências europeias decidiram enfrentar os mares em busca de ouro e prata. Portugal, com a expansão marítima, também almejava novos mercados de consumo e a retomada do lucrativo comércio com as Índias sem a mediação dos italianos ou muçulmanos.

Na Carta, Caminha narra que:

o Capitão, quando eles vieram [os indígenas], estava assentado em uma cadeira [...], e bem vestido, com um colar de ouro muito grande ao pescoço. [...] Um deles [um indígena], porém, pôs o olho no colar do Capitão, e começou a acenar com a mão para a terra, e depois para o colar, como que nos dissesse que havia ouro na terra. [...]. Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem e folgou muito com elas e lançou-as ao pescoço e depois tirou-as e as embrulhou no braço; e acenava para a terra e então para as contas e para o colar do Capitão, como [se dissesse] que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós [nesse sentido], por assim o desejarmos; Mas, se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto nós não queríamos entender, porque não havíamos de dar [-lhe].

Essa fala permite concluir que o contato entre as culturas indígena e europeia foi guiado pelo interesse dos descobridores em explorar a nova terra, principalmente por meio da extração de riquezas, interesse que se colocava acima da compreensão da cultura dos indígenas, que seria quase dizimada junto com essa população.

Caminha ainda tenta expor para o leitor que os navegantes daquele momento pareciam encontrar o que queriam: o ouro e a prata. No primeiro contato com os indígenas, a atenção dos portugueses concentra-se na tentativa de decifrar a linguagem gestual, seguindo a interpretação que mais interessava aos reais objetivos da viagem, no caso ouro e prata.

Outro trecho significativo refere-se à seguinte narração de Caminha:

As águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar.

É relevante discutir a evangelização indígena, pois a Carta cumpre uma precisa função ideológica, toda centralizada no programa da catequese e da conversão religiosa dos indígenas. No extrato, Caminha pontua que a principal missão dos portugueses é “salvar essa gente”, isto é, converter os indígenas à religião cristã, ignorando que eles já possuíam religião e rituais religiosos ancestrais.

A presença de um “ideal salvador”, como se os indígenas precisassem ser salvos pelo cristianismo, era pautada na ideia de que os nativos eram seres bárbaros, selvagens, degenerados, decaídos e necessitados da intervenção da Igreja e da Coroa para atingir algum grau de civilização pautada nos mesmos princípios e valores da cultura ocidental. Dessa maneira, os religiosos interferiram nos costumes indígenas, fazendo-os abandonar práticas perpetuadas por seus ancestrais. O abandono dos supostos “costumes abomináveis” justificava a intervenção, a conquista e a colonização europeia.

Caberia, então, explicar como os colonizadores europeus faziam uso da religião para legitimar a colonização e a violência contra os nativos, pois a religião forneceu mecanismos ideológicos justificatórios da conquista e colonização, encobrendo e escamoteando as atrocidades cometidas em nome da fé. Para defender a necessidade de cristianização, os colonizadores desqualificaram, degradaram, inferiorizaram os indígenas sua história e cultura e, dessa maneira, justificaram-se a escravização e todas as violências cometidas contra os povos indígenas.

A Igreja e a Coroa consideravam as formas de religiosidade indígena como não-religião, pecado e expressões demoníacas. Por conseguinte, com o pretexto de “salvar” os indígenas, os colonizadores impuseram a religião cristã como a única legítima e verdadeira, e puderam aprisioná-los, domesticá-los, recorrer a sua força de trabalho e, até mesmo, matá-los, caso fosse preciso.

O/a docente pode trazer para o debate uma notícia de jornal/revista atual com informações sobre casos de evangelização nos territórios indígenas brasileiros e suas consequências para a cultura e história desses povos. Discutir essa questão no presente é fundamental para que os alunos e as alunas percebam a continuidade temporal da evangelização dos índios e como um problema antigo foi repostado e modificado ao longo dos séculos; perceber a relação passado/presente e em como o passado influencia questões atuais.

Em outro momento, Caminha afirma que: “parece-me gente de tal inocência [os indígenas] que, se nós os entendêssemos e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem nenhuma crença [...] [E] gravar-se-á neles, ligeiramente, qualquer cunho que lhes queiram dar”.

Caberia ao Professora/à Professora abordar a concepção europeia do início da colonização dos indígenas como inocentes, ingênuos, o “bom selvagem” e que podem ser “ligeiramente” explorados e dominados pelos europeus. Narrativas assim formuladas encaminham a compreensão dos indígenas como passivos e de que a ingenuidade indígena sustentou a exploração europeia.

Assim, competiria ponderar com os alunos e as alunas que as fontes históricas coloniais não consideram as vivências e protagonismos dos povos indígenas e seus sujeitos, colocando-os quase sempre como passivos e subalternos. Nesse sentido, o/a docente pode trazer, para o debate, um caso de resistência e protagonismo dos ameríndios no período colonial como a *Confederação dos Tamoios* (1554-1567), uma das maiores revoltas indígenas contra a dominação portuguesa. Recomendamos que, posteriormente, o Professor/a Professora realize uma aula sobre esse evento histórico. Para tanto, pode utilizar o Plano de Aula “A Confederação dos Tamoios e a resistência

indígena colonial na obra de Frei Vicente de Salvador”, disponível no site “A Idade Média na Escola”³ que discute o conflito Tupinambá contra os portugueses, ocorrido durante a *Confederação dos Tamoios* em 1564, a partir de trechos da fonte *História do Brasil: 1500-1627*, de Frei Vicente Salvador.

Enfim, pode-se mencionar que o silêncio e a falta de problematização, nas escolas, sobre a atuação e protagonismo indígena, como sujeitos ativos nos processos históricos, resultam em um permanente estado de desconhecimento, na manutenção de preconceitos, equívocos, desinformações, estereótipos e intolerância generalizadas em relação aos indígenas no Brasil no passado e no presente.

Em outro ponto a debater, Caminha afirma que:

a feição deles [indígenas] é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.

Essa narrativa possibilita expor a visão dos portugueses com relação à nudez indígena. Para Mary Del Priori,

desde o início da Colonização lutou-se contra a nudez e aquilo que ela simbolizava. Os padres jesuítas, por exemplo, mandavam buscar tecidos de algodão, em Portugal, para vestir as crianças indígenas que frequentavam suas escolas e os adultos catequizados: “*Mandem pano para que se vistam*”, pedia padre Manoel da Nóbrega em carta aos seus superiores. Aos olhos dos colonizadores, a nudez do índio era semelhante à dos animais; afinal, como as bestas, ele não tinha vergonha ou pudor natural. Vesti-los era afastá-los do mal e do pecado. O corpo nu era concebido como foco de problemas duramente combatidos pela igreja, nestes tempos: a luxúria, a lascívia, os pecados da carne⁴.

A imposição de que os indígenas usassem roupas é parte do imaginário do século XV, com base em concepções cristãs que consideravam a nudez vergonhosa, uma prática reprovável própria de povos bárbaros e selvagens, e valorizava o uso de vestimentas como decoro, pudor e sinal de civilização. Para Jaques Le Goff e Nicolas Truong, conforme a mentalidade dessa época, “o nu está em geral do lado do perigo, se não do mal. Ele está do lado da selvageria e da loucura”. (2006, p.141). Mas também da luxúria, do pecado e dos “vícios de toda sorte”. Portanto, para a Igreja e a Coroa portuguesas, a civilização, domesticação e catequização dos povos indígenas dependiam, dentre outros fatores, de modificar o hábito histórico-cultural ancestral dos nativos andarem nus.

³ A Confederação dos Tamoios e a resistência indígena colonial na obra de Frei Vicente de Salvador. **Idade Média na Escola**. Disponível em: <https://www.idademediaescola.com.br/c%C3%B3pia-planos-de-aula-id-m%C3%A9dia>. Acessado em: 23 ago. 2023.

⁴ DEL PRIORI, Mary. A Nudez e seus significados. **História Hoje**. Disponível em: <https://historiahoje.com/a-nudez-e-seus-significados/>. Acessado em: 05 jul. 2023.

No entanto, a nudez entre os membros de uma tribo fazia parte de seu cotidiano, história e cultura. Caberia indagar aos/às estudantes: por que havia o desejo de modificar a cultura indígena? Impor vestimentas é uma forma de violência? O que as roupas podem dizer sobre um indivíduo ou/e uma sociedade? De que forma as roupas também podem induzir relações de violência ou de respeito com aquelas que as usam?

Enfim, a Carta de Pero Vaz de Caminha permite a discussão, em sala de aula, de inúmeros temas importante da história do Brasil colonial e das representações indígenas no século XV. No entanto, como qualquer outra fonte histórica, deve ser lida criticamente, problematizada, historicizada.

VII. Avaliação

A avaliação será a produção de um texto com 10 linhas respondendo a seguinte questão: como as representações do “descobrimento” e dos indígenas presentes na Carta de Caminha podem sustentar violências contra as populações indígenas no presente?

VIII. Bibliografia

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **No tempo das caravelas**. Goiânia: CEGRAF-UFG/São Paulo: Contexto, 1992.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC, 1998.

Carta de Pero Vaz de Caminha. 1 de Maio de 1500. Portugal, Torre do Tombo, Gav. 15, mç.8, n. 2. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CASÉ ANGATU, Carlos José Ferreira dos Santos. Histórias e culturas indígenas, alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual cultura e história indígena estamos mesmo falando. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia (53): 179-209 jan/jun, 2015.

CAVALCANTI, Maria Clara. Expansão Marítima: como começou e as motivações da expansão. **Quero Bolsa**. 28/07/2022. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/expansao-maritima>. Acesso em: 21 ago. 2023.

DEL PRIORI, Mary. A Nudez e seus significados. **História Hoje**. Disponível em: <https://historiahoje.com/a-nudez-e-seus-significados/>. Acessado em: 05jul. 2023.

ELIAS, Kauane. Descobrimento do Brasil: como foi, chegada dos portugueses, Carta e muito mais. **Estratégias Vestibulares**. 28/07/2022. Disponível em: <https://vestibulares.estrategia.com/portal/materias/historia/descobrimento-do-brasil/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

‘Jornada da Vida’ mostra origem dos brasileiros há 13 mil anos: Fóssil humano mais antigo do Brasil é de Luzia, com 13 mil anos. Ela era negroide e muito parecida com os aborígenes australianos. **Globo G1**

Fantástico. Edição do dia 14/12/2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/12/jornada-da-vida-mostra-origem-dos-brasileiros-ha-13-mil-anos.html#:~:text=H%C3%A1%2011%20mil%20anos%2C%20veio,rosto%20para%20os%20primeiros%20brasileiros>. Acessado em: 21 ago. 2023.

LESSA, Agla Mendes de Melo. Povos indígenas imagens e olhares: Povos indígenas e a construção/reforço de estereótipos através de imagens dos séculos XVI-XVII e XIX-XX utilizadas como complementos em conteúdos na sala de aula. **Mestrado em História.** Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira/Bahia, 2016.

MATOS, Julia Silveira; AVILA, Luciane dos Santos; SANTOS, Fernanda Santos dos. A escrita de Pero Vaz de Caminha e as características da história moderna para o ensino de história. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 2, n.º. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial, p. 965-976.

MENDONÇA, Juliana Cunha de. Evangelização indígena: ontem e hoje. **LEMAD/HISTÓRIA** (Laboratório de Ensino e Material Didático) da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/5670>. Acesso em: 25 ago. 2023.

OLIVEIRA, Susane. Representações das sociedades indígenas nas fontes históricas coloniais: propostas para o ensino de história. **Revista Anos 90** (PPGHUFRGS). Dossiê: História Indígena na América, n. 34, 2011.

SANTOS, Denilson Lima. Das “vergonhas”: observações paradisíacas e relatos das genitálias indígenas na Carta de Pero Vaz de Caminha. **Palimpsesto.** ° 9 | Ano 8 | 2009| Estudos (2), p.01-06. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosacnaify, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.